

DESPACHO

1. A vista dos elementos e informações constantes dos autos, DEFIRO o pedido de avaliação especial uma vez que o valor apurado pela DIMAP – Divisão de Mapas de Valores para o imóvel SQL nº 200.020.0025-1 – imóvel situado na Rua Hilario Magro Junior, nº 157 foi de R\$ 5.239.680,00 que deverá ser adotado como valor venal para fins de recolhimento do ITBI-IV, salvo se o valor da transação for maior.

2. “Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no Diário Oficial da Cidade, a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/).

3. Base Legal: Base Legal: art. 7º, 7ºA, 7ºB da Lei 11.154/91, com redação dada pela Lei nº 14.256/06 e art. 10º do Decreto nº 51.627/10;

4. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016.

6017.2020/0005401-0 - (SF) Análise de Isenções e Incentivos fiscais

Despacho deferido

Interessados: ANGELO RICARDO ARANTES

DESPACHO

1. A vista dos elementos e informações constantes dos autos, DEFIRO o pedido de avaliação especial uma vez que o valor apurado pela DIMAP – Divisão de Mapas de Valores para o imóvel SQL nº 309.053.0253-1 – imóvel situado na Rua Itapiru, 53 a 89, vaga 23 M, Saúde, foi de R\$ 72.282,00, que deverá ser adotado como valor venal para fins de recolhimento do ITBI-IV, salvo se o valor da transação for maior.

2. “Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no Diário Oficial da Cidade, a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/).

3. Base Legal: Base Legal: art. 7º, 7ºA, 7ºB da Lei 11.154/91, com redação dada pela Lei nº 14.256/06 e art. 10º do Decreto nº 51.627/10;

4. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016.

SUREM/DEJUG/DIREC

Processo n.º 6017.2020/0033222-2

CCM nº: nihil

Tipo: (SF) Análise de Regimes Especiais de Tributação

Assunto: Impugnação de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional

CNPJ nº: 24.236.917/0001-58

Interessada: CR SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Advogado: OAB nº nihil

DECISÃO:

1. Com base nas informações contidas neste processo, em relação à Impugnação de Indeferimento na Adesão ao Simples Nacional, DEFIRO a liberação de pendências no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DA TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA - DITBI

6017.2021/0005031-8

Despacho indeferido

Interessado: JOSE ALEXANDRE PEREIRA DE ARAUJO

DESPACHO:

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação do Auditor-Fiscal, INDEFIRO o pedido inicial, por falta de objeto, em razão do requerente ter pedido a homologação para fins de emissão de certidão negativa de débitos. A certidão já foi requerida nos autos do processo SEI 6017.2021/0004377-0.

Processo: 6017.2021/0007668-6

Interessado: Ricardo Domingues da Costa Silva

Assunto: Retificação de guia de ITBI-IV

SQL nº: SQL 009.026.0157-1

DESPACHO:

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação do senhor Auditor-Fiscal, DEFIRO o pedido de retificação de guia de ITBI-IV, fazendo constar que a etiqueta nº 52.415.052-1 retifica e complementa a de nº 52.905.442-6, e não como constou anteriormente.

Processo: 6017.2021/0007845-0

Interessado: Luis Cláudio Iwata

Assunto: Retificação de guia de ITBI-IV

SQL nº: 047.158.0107-8

DESPACHO:

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação do senhor Auditor-Fiscal, DEFIRO o pedido de retificação de guia de ITBI-IV, fazendo constar que a etiqueta nº 54.416.911-5 retifica e complementa a de nº 54.406.622-7, e não como constou anteriormente.

RETIFICAÇÃO

Processo: 6017.2021/0009011-5

Interessado: Manoel do Rego

Assunto: RETIFICAÇÃO DE GUIA DE ITBI-IV

IPTU nº: 030.117.0524-0

DESPACHO:

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação do senhor Auditor-Fiscal, DEFIRO o pedido de retificação de guia de ITBI-IV, fazendo constar na etiqueta nº 54.386.989-1, o SQL 030.117.0524-0 e o apartamento 252, conforme o contido na escritura de compra e venda, e não como constou anteriormente.

Processo: 6017.2021/0000278-0

ASSUNTO: Pedido de Retificação de Guia cumulado com Homologação de Recolhimento do ITBI-IV

INTERESSADA: Renata Baptista Bueno Ribeiro da Silva

SQL: 157.229.0523-1

DESPACHO:

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação da Auditoria-Fiscal, DEFIRO o pedido de retificação de guia, a fim de fazer constar, na guia DAMSP nº 54.341.377-2, a data de transação 27/10/2020, e não como constou anteriormente, bem como HOMOLOGO os pagamentos, uma vez que o ITBI-IV incidente sobre a aquisição de 50% do imóvel de SQL 157.229.0523-1 por Renata Baptista Bueno Ribeiro da Silva, CPF 116.264.248-37, em 27/10/2020, foi recolhido em conformidade com a legislação municipal vigente, por meio das guias DAMSP nº 54.341.377-2 e nº 54.387.000-6.

PROCESSO: 6017.2021/0010544-9

ASSUNTO: Pedido de emissão de guia de ITBI-IV

INTERESSADA: Sílvia Rocha

SQL: 071.418.0352-1 071.418.0385-8

DESPACHO:

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação do senhor Auditor-Fiscal, INDEFIRO o pedido de emissão da guia de ITBI-IV, tendo em vista a não apresentação de instrumentos de transmissão ocorrida entre 01/03/1989 e 31/12/2000, cabendo ao sujeito passivo sua emissão para fatos geradores ocorridos após esse período. Para a transferência decorrente da sentença homologatória de separação consensual com trânsito em julgado em 16/04/2004, o contribuinte deverá efetuar DTI's, separadamente, para o apartamento e para a vaga, mencionando no campo 'valor da transação' os valores venais de 2004, R\$ 42.771,00 e R\$ 8.714,00, respectivamente.

DIVISÃO DE JULGAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

DIVISÃO DE JULGAMENTO

Nos termos do §1º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223, de 1º de julho de 2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 56.881, de 18 de março de 2016, fica credenciado de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano - DEC, a partir da data desta publicação:

Antonio Bragança Retto

CPF: 003.783.728-15

OAB: 17.661

Mauren Gomes Bragança Retto

CPF: 298.234.138-78

OAB: 234.810

PAULA MOREIRA DIAS CASTRO

CPF: 063.287.298-55

OAB: 85.964

PAULA DE OLIVEIRA RUSSO

CPF: 274.383.898-12

OAB: 221.088

LUANA OLIVEIRA DOS SANTOS

CPF: 435.090.178-70

OAB: 442.681

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

PROCESSO Nº – INTERESSADO – CPF e CCM Nº – ASSUNTO – DESPACHO.

6017.2020/0030026-6 – JOSE CARLOS ALVES – 806.324.248-34 e 2.748.953-1

CDJPP - Autos da ação nº 0012695-12.2009.8.26.0053 - 14ª VFP.

DESPACHO:

1. Tendo em vista as informações do presente processo e atentando na as novas informações trazidas por DICAJ ao doc. 040453946, RERRATIFICO o despacho 034790407 previamente exarado por este DEJUG para que conste da seguinte maneira:

1.1 AUTORIZO a retificação do AII 67.449.166, nos termos do doc. 039416081 (providências já processadas por FISC ao doc. 040246707);

1.2 AUTORIZO o cancelamento dos AII's 66.357.268, 66.357.276, 67.002.684, 66.985.455, 66.985.510,66.989.540 e 66.989.752.

PROCESSO Nº – INTERESSADO – CPF e CCM Nº – ASSUNTO – DESPACHO.

6021.2020/0024103-2 – BERNARDO OSWALDO FRAN-CEZ – 039.808.128-04 e 2.780.785-1

CDJPP - Autos das ações nº 0013334-30.2009.8.26.0053, 1019728-84.2019.8.26.0053 e1020046-04.2018.8.26.0053 (individuais) e ACE 0016575-12.2009.8.26.0053 (coletiva).

DESPACHO:

1. Tendo em vista as informações do presente processo, especialmente o decidido nos autos das ações nº 0013334-30.2009.8.26.0053, 1019728-84.2019.8.26.0053 e 1020046-04.2018.8.26.0053 (individuais) e ACE 0016575-12.2009.8.26.0053 (coletiva), AUTORIZO a adoção das seguintes providências:

1.1. Cancelamento dos seguintes AII's:

Item	AII	Item	AII	Item	AII
01	66.297.940	12	66.298.059	23	66.298.172
02	66.297.958	13	66.298.067	24	66.298.180
03	66.297.966	14	66.298.075	25	66.298.199
04	66.297.974	15	66.298.083	26	66.298.202
05	66.297.982	16	66.298.091	27	66.298.210
06	66.297.990	17	66.298.113	28	66.298.229
07	66.298.008	18	66.298.121	29	66.298.237
08	66.298.016	19	66.298.130	30	66.298.245
09	66.298.024	20	66.298.148	31	66.298.253
10	66.298.032	21	66.298.156	32	66.298.261
11	66.298.040	22	66.298.164	33	66.298.270

1.2. Retificação dos seguintes AII's, nos termos do doc. 032503720:

Item	AII	Item	AII
01	66.298.580	06	67.224.598
02	66.298.598	07	67.223.036
03	67.223.044	08	67.437.729
04	67.223.117	09	67.437.737
05	67.224.580	10	66.299.977

LICENCIAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 12/2021/SMUL.G

Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao COVID-19, inclusive o regime de teletrabalho previsto no artigo 7º, do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL.

CESAR AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde dos servidores públicos da SMUL, de todos os prestadores de serviço e da população em geral e a decretação de situação de emergência no município de São Paulo;

CONSIDERANDO a necessidade de suspensão, redução e/ou alteração dos serviços no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, com vista a diminuir no período de emergência o fluxo e aglomeração de pessoas, em especial das pessoas inseridas, segundo as autoridades de saúde, no grupo de desenvolvimento de síndromas mais graves;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto n. 60.107, de 03 de março de 2021, o qual dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da Fase Vermelha do Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO que a construção civil é considerada serviço essencial no âmbito do Plano São Paulo e pelo Decreto Federal nº 10.342, de 7 de maio de 2020;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto n. 60.038, de 31 de dezembro de 2020, o qual dispõe sobre a reorganização dos órgãos da administração municipal;

CONSIDERANDO o conteúdo no artigo 1º, inciso I, do Decreto nº 60.038/2020, que prevê a recriação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL.

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria estabelece medidas transitórias visando a prevenir ou reduzir os riscos de infecção, pelo COVID-19, dos servidores e demais pessoas que trabalham ou frequentam os espaços sob gestão da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL.

Parágrafo único. Novas medidas para resposta à emergência de saúde pública, no âmbito da SMUL, poderão ser adotadas a qualquer momento, assim como a suspensão das medidas previstas nesta Portaria.

Art. 2º - Ficam interrompidos todos os prazos recursais, prazos de cumprimento de “comunique-se”, já emitidos ou que vierem a ser emitidos, bem como os prazos do Decreto 58.028 de 11 de dezembro de 2017 – “Aprova Rápido”, nos termos do Artigo 20, do Decreto 59.283 de 16 de março de 2020.

Parágrafo único. A interrupção dos prazos regulamentares não impede a emissão de “comunique-se”, despachos, alvarás, e outros atos de competência desta Secretaria.

Art. 3º As reuniões de órgãos colegiados serão realizadas por meio de sistema de teleconferência, de acordo com a necessidade e adequação, atendendo as peculiaridades de cada colegiado.

Art. 4º - A Coordenadoria de Controle e Uso de Imóveis – CONTRU não expedirá novos Alvarás de Autorização para Eventos Temporários enquanto perdurar a situação de emergência, salvo as hipóteses previstas no Decreto 59.283 de 16 de março de 2020 em consonância com a fase do “Plano São Paulo” na qual a Cidade de São Paulo estiver enquadrada.

Art. 5º - O atendimento ao público, durante o período de emergência, será realizado preferencialmente por e-mail ou, alternativamente, por telefone.

Parágrafo único. A realização de atendimentos presenciais ao público junto às Coordenadorias desta Secretaria, enquanto perdurar a situação de emergência, será ajustada de acordo com a fase do “Plano São Paulo” na qual a Cidade de São Paulo estiver enquadrada, na seguinte conformidade:

I - Fase Vermelha: suspenso o atendimento presencial, apenas atendimento telefônico ou por comunicação eletrônica;

II - Fase Laranja: atendimento ao público apenas por prévio agendamento telefônico ou e-mail com intervalo mínimo entre os atendimentos de 60 minutos;

III - Fase Amarela e Verde: atendimento ao público apenas por prévio agendamento telefônico ou e-mail com intervalo mínimo entre os atendimentos de 30 minutos.

Art. 6º - Os servidores públicos, lotados nesta Secretaria, ficam afastados de suas funções, devendo submeter-se ao regime de teletrabalho, nos termos do art. 6º, do Decreto nº 59.283 de 16 de março de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias, contados da data do reingresso, o servidor que tenha regressado do exterior, advindo de área não endêmica, ainda que sem sintomas compatíveis com quadro de infecção pelo Covid-19;

II – pelo período de 14 (catorze) dias, o servidor: a) que tenha regressado do exterior, advindo de regiões consideradas, segundo as autoridades de saúde e sanitária, endêmicas pela infecção do COVID-19, a contar da data do seu reingresso no território nacional;

b) acometido de sintomas compatíveis com o quadro de infecção pelo COVID-19, conforme orientação das autoridades de saúde, a contar da comunicação efetuada pelo servidor.

III – pelo período de emergência:

a) as servidoras gestantes e lactantes;

b) os servidores maiores de 60 (sessenta) anos;

c) os servidores públicos lotados na Secretaria com as seguintes enfermidades preexistentes que aumentem a condição de risco de desenvolvimento de sintomas mais graves decorrentes da infecção pelo COVID-19, nos termos definidos pelas autoridades de saúde e sanitária, a contar da comunicação efetuada pelo servidor:

- Hipertensão (Doenças cardíacas em geral);
- Transplantados;
- Diabéticos;
- Doenças Renais Crônicas;
- Doença Respiratória Crônica (Asma e bronquite);
- Imunossuprimidos;
- Câncer.

§1º Os servidores relacionados nos incisos do caput deste artigo e que executem atividades incompatíveis com o teletrabalho deverão ser realocados para outras atividades, em teletrabalho, pelo Coordenador/Assessor Chefe da área, levando em consideração as peculiaridades do caso concreto.

§2º A comunicação será efetuada mediante preenchimento do Anexo I desta Portaria, a qual pode ser realizada presencialmente ou mediante envio eletrônico a Coordenadoria de Administração e Finanças-CAF.

§3º A Coordenadoria de Administração e Finanças-CAF poderá, ainda, solicitar aos portadores das enfermidades acima declaradas a apresentação de atestado médico comprovando a sua existência, em complementação ao formulário do Anexo I.

Art. 7º - O regime de teletrabalho, para os efeitos desta Portaria, consiste na manutenção da execução das tarefas habituais e rotineiras desenvolvidas pelo servidor, quando passíveis de serem realizadas de forma não presencial, ou pelo cumprimento de um plano de trabalho ou de tarefas específicas, de mensuração objetiva, estabelecidas pela chefia imediata, desde que compatíveis com as atribuições do cargo ocupado pelo servidor, de sua unidade de lotação e com o regime não presencial, mediante o uso de tecnologias de informação e comunicação, sem prejuízo da observância das demais condições instituídas pela Secretaria.

Parágrafo único. Na hipótese de ser estabelecido plano de trabalho ou tarefas específicas, deverá ser apresentado relatório periódico das atividades desempenhadas.

Art.8º - Poderão também ser submetidos ao regime de teletrabalho, no curso do período de emergência, à critério e nas condições definidas pelos Coordenadores de cada área de SMUL, os servidores cujas atribuições, por sua natureza e meios de produção, permitam a realização do trabalho remoto, sem prejuízo ao serviço público.

§1º Cada Assessoria/Coordenadoria deverá garantir percentual mínimo de servidores em regime de trabalho presencial, a fim de que não haja qualquer prejuízo de atendimento em nenhum dos setores desta Secretaria.

§2º O percentual mínimo de servidores em regime presencial deve ser ajustado de acordo com a fase do “Plano São Paulo” na qual a Cidade de São Paulo estiver enquadrada, respeitando-se:

I - Fase Vermelha: manutenção de, pelo menos, 01 (um) servidor por Divisão/área;

II - Fase Laranja: manutenção de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos servidores, por Divisão/área;

III - Fase Amarela e Verde: manutenção de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos servidores, por Divisão/área.

§3º Os percentuais mínimos previstos no §2º deste artigo devem ser calculados com base no número total de servidores lotados na Divisão/área, considerando em tal cálculo, inclusive, aqueles servidores submetidos ao teletrabalho por força do art. 6º, inciso III, desta Portaria e Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020.

§4º Nos casos em que a Divisão/área seja composta majoritariamente por servidores submetidos ao regime de teletrabalho por força do art. 6º, inciso III desta Portaria e Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, e que o número de servidores em regime presencial não atenda os percentuais mínimos estabelecidos no §1º deste artigo, a Coordenadoria deverá comunicar à chefia mediata acerca da impossibilidade de cumprimento do percentual mínimo diário estabelecido para servidores em regime presencial.

§5º Sem prejuízo das hipóteses dos parágrafos acima, os Coordenadores e Assessores Chefes poderão, após a autorização expressa do Gabinete de SMUL, adotar o regime de teletrabalho em percentual diferenciado aos previstos neste artigo nas divisões/áreas cujas atribuições, por sua natureza e meios de produção, permitam a realização do trabalho remoto, sem prejuízo ao serviço público.

§6º Os servidores submetidos ao regime de teletrabalho na hipótese do caput deste artigo deverão firmar a declaração constante do Anexo II desta Portaria.

§7º A declaração constante do Anexo II desta Portaria poderá ser realizada presencialmente ou mediante envio eletrônico a Coordenadoria de Administração e Finanças – CAF.

Art. 9º - A instituição do regime de teletrabalho, no período de emergência, está condicionada, em qualquer hipótese, à:

I – manutenção diária na unidade percentual mínimo de servidores em regime de trabalho presencial, conforme previsto no art. 9º, §2º desta Portaria, de acordo com a escala de trabalho definida pela Coordenadoria, conforme modelo constante no Anexo III;

II - inexistência de prejuízo ao serviço.

§1º. Caberá à chefia de cada Divisão/área, ou na impossibilidade de cumprimento com os recursos humanos próprios, às autoridades imediatamente superiores, organizar o serviço no período de emergência de modo que sejam observados os incisos do caput deste artigo.

§2º A escala de trabalho presencial que trata o inciso I do caput deverá permitir sempre a presença de servidores em todas as divisões/áreas, nos casos em que as Coordenadorias sejam subdivididas em departamentos com atribuições diversas.

Art.10 - Sem prejuízo das demais condições estabelecidas pelo Gabinete de SMUL, os servidores submetidos ao regime de teletrabalho de que trata o Decreto nº 59.283, de 2020, deverão observar as seguintes medidas:

I – permanecer em sua residência, à disposição de SMUL durante o seu horário diário de expediente, de acordo com a jornada normal de trabalho;

II – cumprir as tarefas nos prazos e condições assinaladas pela chefia imediata, informando, sempre que solicitado, o andamento dos trabalhos e apontando, tempestivamente, eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar a entrega dos trabalhos sob sua responsabilidade;

III - cumprir diretamente as atividades que lhes forem designadas, sendo vedada a utilização de terceiros para esse fim;

IV - manter telefones locais de contato e endereço eletrônico atualizados e ativos durante o horário de trabalho;

V - atender às solicitações de providências, informações e outras demandas encaminhadas pela chefia imediata e mediata pelos telefones de contato ou endereço eletrônico indicado;

VI – estar disponível para comparecimento à